

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.099 - SP (2019/0265046-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE VENCESLAU - SP  
**SUSCITADO** : JUIZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO - SP  
**INTERES.** : JACEGUAY DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ROSELI CRISTINA GÓES - SP318818  
ANDERSON GYORFI - SP293776  
**INTERES.** : ANDERSON COSTA NOVAES  
**ADVOGADO** : SIDNEY DURAN GONÇALEZ - SP295965

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência entre JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE VENCESLAU - SP, suscitante, e o JUIZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO - SP, suscitado, em ação de cobrança de valores previstos em contrato de empreitada.

O d. Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Presidente Epitácio/SP, perante quem a ação foi inicialmente distribuída, por compreender que, inicialmente, "cuida-se de verificar se ao caso incide a regra do art. 652, "a", III, da CLT. Destaco que não se insere nessa hipótese legal o empreiteiro pessoa jurídica, ou aquele que, sendo pessoa física, leve a termo a obra mediante concurso de distintos auxiliares ou empregados – agindo como se empresário fosse. No entanto, o fato de contar com poucos auxiliares (apenas dois) não descaracteriza tal relação, como indicada renomada doutrina trabalhista, ante o intuito protetivo da norma" (nas fls. 28/29).

A sua vez, o d. Juízo da Vara do Trabalho de Presidente Venceslau/SP, também declarando-se incompetente, suscitou o presente conflito, pois concluiu "*que a relação mantida entre as partes detém de natureza cível, o que afasta a competência da Justiça do Trabalho. Isso porque o requerente não atuou como simples operário ou artífice, mas sim como mestre empreiteiro, disponibilizando sua equipe de trabalho na execução dos serviços firmados, já que, conforme relato da inicial, contratou duas pessoas para auxiliá-lo*" (nas fls. 5/7).

A Subprocuradoria-Geral da República, opina pela competência da d. Justiça

comum.

É o relatório.

Passo a decidir.

Assiste razão ao d. Juízo suscitante, pois ele próprio, o encarregado constitucional de averiguar a existência de relação de trabalho ou de pequena empreitada, refuta a existência da hipótese normativa que atrai a competência da Justiça laboral em decisão que deve ser impugnada pelos meios recursais cabíveis pelo eventual interessado.

Nesse sentido:

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. EMPREITADA. EC 45/2004.*

*1. Mesmo antes da EC 45/2004, a 2ª Seção já havia decidido que "(...) compete às varas do trabalho conciliar e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice (CLT, art. 652, "a", III) (...) (CC 32.433/CASTRO FILHO).*

*2. Como a EC 45/2004 veio para ampliar, não para reduzir a competência da Justiça do Trabalho, não há razão que justifique seja alterado tal entendimento.*

*3. Assim, se o contrato de empreitada não se enquadra na norma exceptiva do Art. 652, 'a', III, da CLT, a competência continua a ser da Justiça Comum Estadual.*

*4. Compete ao Juízo do Trabalho decidir se o contrato de empreitada envolve, ou não, empreiteiro "operário ou artífice", a justificar a competência da Justiça Especializada.*

*5. O empreiteiro, pessoa física, que contrata ajudantes para executar o serviço, transforma-se em tomador de serviços ou empregador, o que afasta a competência da Justiça do Trabalho para julgar demanda envolvendo ele, empreiteiro, e quem o contratou.*

**(CC 89.171/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/10/2007, DJ 26/11/2007, p. 114)**

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Presidente Epitácio/SP,

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator